



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PASSO FUNDO**

PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR DO CURSO DE DIREITO - 2019

PROVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- Não será permitida consulta a qualquer tipo de material.
- Verifique se este caderno contém 20 (vinte) questões numeradas de 1 a 20, 01 (uma) folha de rascunho para redação. Caso contrário, peça ao fiscal da sala fornecer-lhe outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores. A folha para a redação será entregue aos candidatos após o início da prova objetiva.
- O candidato deve colocar o número de inscrição na folha de respostas e na folha para redação imediatamente após recebê-las.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa. Esta resposta deve ser marcada com um X, em caneta esferográfica de tinta azul ou preta, na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.
- Marque apenas uma letra para cada questão, pois mais de uma letra assinalada implicará anulação de tal questão.
- A ausência de marcação de resposta na grade implicará anulação da questão.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para entregar a folha de respostas e a folha de redação.
- A saída do candidato da sala somente será permitida decorrida 01 (uma) hora do início das provas.
- O prazo total de duração da prova será de, no máximo, 3 (três) horas.
- A folha de respostas deverá ser assinada pelo fiscal da sala.
- Os dois últimos candidatos deverão permanecer na sala até que as folhas de respostas e de redação sejam lacradas pelo fiscal da sala.
- O candidato poderá levar o caderno de prova após a entrega da folha de respostas e da folha de redação.
- O gabarito será divulgado até as 18 horas do dia 12 de março de 2019, no átrio do Foro e no *site*, na Internet, da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, no endereço http://www2.jfrs.jus.br/?page_id=3349.
- O Edital do resultado final, constando a lista definitiva dos candidatos aprovados, será obrigatoriamente afixado no foro da Subseção Judiciária de Passo Fundo (átrio) e no *site*, na Internet, da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, no endereço http://www2.jfrs.jus.br/?page_id=3349.

Candidato(a): _____ Data: 09 de março de 2019.

Direito Constitucional

1. Assinale **a alternativa incorreta** dentre os direitos e deveres individuais e coletivos:

a) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

b) é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

c) conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em seu direito à propriedade, por ilegalidade ou abuso de poder.

d) conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

2. São bens da União, salvo:

a) os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais.

b) as usinas exploradoras de potenciais de energia hidráulica.

c) os recursos minerais, inclusive os do subsolo.

d) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

3. O processo legislativo brasileiro compreende a elaboração de, salvo:

a) leis delegadas.

b) decretos legislativos.

c) resoluções.

d) provimentos.

4. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através do seguinte órgão:

a) polícias civis.

b) IBAMA.

c) DNIT.

d) guardas municipais.

5. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ao tratar da seguridade social, estabeleceu que compete ao Poder Público organizar a seguridade social, com base no seguinte objetivo:

a) caráter pessoal da cobertura e do atendimento.

b) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

c) redutibilidade do valor dos benefícios.

d) centralização da base de financiamento.

Competência e Organização da Justiça Federal

6. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal de 1988, compete aos juízes federais processar e julgar:

I - as causas em que a União, entidade autárquica, empresa pública ou sociedade de economia mista federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes.

II - contravenções praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União.

III - os crimes políticos.

IV - crime praticado por indígena contra civil.

V - as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.

Estão corretas:

a) Nenhuma está correta.

b) Estão corretas I, II, III e IV.

c) Estão corretas III e V.

d) Estão corretas a II, III e V.

7. Tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal de 1988, assinale **a alternativa incorreta:**

a) Serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual. Nessa hipótese, o recurso cabível será para o Tribunal de Justiça a que estiver vinculado o juiz prolator da sentença.

b) As causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal.

c) As causas em que a União for autora serão aforadas na seção judiciária onde tiver domicílio a outra parte.

d) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

8. A criação dos juizados especiais cíveis e criminais, no âmbito da Justiça Federal, deu-se nos termos da Lei n. 10.259, de 12 de julho de 2001, e representou verdadeira revolução na prestação jurisdicional. A celeridade na apreciação das causas aliada à facilidade com que qualquer cidadão pode-se valer dos JEFs foram, desde o início, seus pontos basilares.

Acerca dos Juizados Especiais Federais, considere as seguintes assertivas:

I - Segundo o art. 3º da Lei 10.259/01, compete aos Juizados Especiais Federais Cíveis processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de quarenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

II - É vedada a tramitação perante os JEFs de causas que tenham por objeto a anulação ou cancelamento de um ato administrativo federal de natureza previdenciária.

III - Os Juizados Especiais Federais têm competência absoluta no foro onde estiverem instalados, o que significa dizer que o autor não pode escolher pelo rito comum quando a hipótese *sob judice* estiver prevista na Lei 10.259/01.

IV - Conforme o art. 13, não há reexame necessário das sentenças proferidas pelos JEFs.

V - Em que pese a especialidade da primeira instância, o recurso interposto contra sentença proferida pelos Juizados Especiais Federais será julgado pelo Tribunal Regional Federal.

Estão corretas:

a) Nenhuma está correta.

b) Estão corretas a I, III e a V.

- c) Estão corretas a II, IV e a V.
- d) Estão corretas a III e a IV.

Direito Processual Civil

9. De acordo com o que dispõe o Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa correta:

- a) Para postular em juízo é necessário ter interesse, legitimidade e possibilidade jurídica do pedido.
- b) Os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- c) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.
- d) A norma processual civil não retroagirá e será aplicável apenas aos processos ajuizados após a sua entrada em vigor.

10. De acordo com o Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa correta:

- a) Considera-se proposta a ação quando a petição inicial for recebida pelo juiz.
- b) Suspende-se o processo pela morte ou pela perda da capacidade processual de qualquer das partes ou de seu representante legal, mas não de seu procurador.
- c) Não se suspende o processo quando o advogado responsável pelo processo, único patrono da causa, tornar-se pai.
- d) A arguição de impedimento ou de suspeição gera a suspensão do feito.

11. Conforme o Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa correta:

- a) Não será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.
- b) Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive. Ressalvadas as férias individuais e os feriados instituídos por lei, os juízes, os membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública e os auxiliares da Justiça exercerão suas atribuições durante o período previsto no caput. Durante a suspensão do prazo, não se realizarão audiências nem sessões de julgamento.
- c) Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, ainda que do mesmo escritório de advocacia, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.
- d) O prazo em dobro para litisconsortes com diferentes procuradores se aplica aos processos em autos eletrônicos.

Direito Tributário**12. Assinale a alternativa incorreta:**

- a) A capacidade tributária passiva depende de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, não bastando que configure uma unidade econômica ou profissional;
- b) Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência;
- c) A obrigação tributária principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente;
- d) A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

13. Sobre a Dívida Ativa, assinale a alternativa incorreta:

- a) Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular;
- b) O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente, dentre outros aspectos, a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos, bem como a origem e a natureza do crédito, mencionando especificamente a disposição da lei em que seja fundado;
- c) A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída;
- d) A presunção a que se refere a alternativa “c” é absoluta e não pode ser ilidida por qualquer meio de prova.

Direito Previdenciário**14. São segurados obrigatórios da Previdência Social - como empregado - as seguintes pessoas físicas:**

- a) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social;
- b) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa;
- c) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social;

d) a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não;

15. Em relação à aposentadoria por invalidez é correto afirmar:

a) A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social conferir-lhe-á direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão;

b) A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança;

c) Durante os primeiros trinta dias de afastamento da atividade por motivo de invalidez, caberá à empresa pagar ao segurado empregado o salário;

d) O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que eventualmente necessitar da assistência de outra pessoa será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).

Direito Penal

16. Assinale a opção incorreta:

a) O preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral;

b) As mulheres cumprem pena em estabelecimento próprio, observando-se os deveres e os direitos inerentes a sua condição pessoal;

c) É inadmissível o trabalho externo, bem como a frequência a cursos supletivos profissionalizantes de instrução de segundo grau ou superior, ao preso em regime semi-aberto;

d) O trabalho do preso será sempre remunerado, sendo-lhe garantidos os benefícios da Previdência Social.

17. Assinale a opção incorreta:

São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime, ter o agente cometido o crime:

a) com violência contra a mulher, na forma da lei específica;

b) contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida;

c) com emprego tortura ou outro meio insidioso ou cruel;

d) em concurso de pessoas.

Direito Processual Penal**18. Assinale a alternativa incorreta:**

O juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça:

- a) estar comprovada, mediante apresentação de certidão de óbito, a morte do agente;
- b) não existir prova de ter o réu concorrido para a infração penal;
- c) haver fundada dúvida sobre ter o réu agido em legítima defesa;
- d) estar provada a inexistência do fato.

19. Assinale a alternativa incorreta:

- a) São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais;
- b) São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, ainda quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras;
- c) A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, facultado ao juiz de ofício determinar no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante;
- d) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

20. Considere o teor do artigo 312, caput, do Código de Processo Penal:

Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

Em seguida, assinale a alternativa incorreta:

- a) Ao receber o auto de prisão em flagrante, e verificando a legalidade da prisão, o juiz deverá, fundamentadamente, converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos do artigo 312 do CPP, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão, ou conceder liberdade provisória, com ou sem fiança;
- b) A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que ela não tenha cometido o crime com violência ou grave ameaça à pessoa, nem contra seu filho ou dependente;
- c) Será admitida a decretação da prisão preventiva nos crimes culposos;
- d) Nos termos do artigo 312 do CPP, será admitida a decretação da prisão preventiva se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança,

adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.

RASCUNHO PARA A REDAÇÃO

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

21 _____

22 _____

23 _____

24 _____

25 _____

26 _____

27 _____

28 _____

29 _____

30 _____